

Coordenação e edição de Ana Teresa Alves (FCSH-UAç)

Autor:Avelino de Freitas de Meneses
(professor catedrático FCSH-UAç)**Coordenação e edição:**Ana Teresa Alves
(FCSH-UAç - ana.tc.alves@uac.pt)

A Restauração

Após a insurreição dos povos, devido ao peso dos impostos e à ameaça da fome, no 1.º de dezembro de 1640, os nobres, receosos da iniciativa da arraia-miúda e insatisfeitos com a perda de benefícios, invadem o Palácio Real, onde matam o odiado secretário Miguel de Vasconcelos, atirado ao Terreiro do Paço, e prendem a vice-rainha Margarida, anunciando a realeza de D. João IV, o Restaurador. Ao cabo de sessenta anos de domínio espanhol, o episódio assinala a recuperação da plena independência de Portugal. Caso contrário, permaneceríamos hoje como região de Espanha, com menor dignidade política, sem maior compensação económica. Por isso, a comemoração desta data justifica um dia feriado, instituído no século XIX, por diligência de Alexandre Herculano, honrado pelos revolucionários da 1.ª República e pelos conservadores do Estado Novo, por poucos anos abolido pela Democracia, por abuso e incultura dos políticos.

Em 1640, sob a opressão dos espanhóis, um presente insuportável e um futuro tenebroso aconselham os portugueses à retoma do seu passado de independência, que originara respeito na Europa e admiração no Mundo. É certo que, nas cortes de Tomar de 1581, o rei de Espanha garantira a liberdade e o desenvolvimento de Portugal, causando o entusiasmo da nobreza e a aprovação do povo. Todavia, o longo governo filipino é um tempo de desencanto, pois à esperança sucede a deceção e até



Retrato de D. João IV, o Restaurador.
Coroação de D. João IV (Quadro de Veloso Salgado (1908)).

a revolta, dada a troca da prometida união pela penosa anexação.

Na restauração da independência, também influem o portuguesismo e o anti castelhanismo, constituintes da nossa identidade, que beneficia sobretudo da unidade da língua, que estabelece distinção entre os portugueses e os estrangeiros, principalmente os espanhóis, inimigos contra quem traváramos todas as guerras, desde o fim da reconquista no século XIII. E, contra a legitimidade dos forasteiros, a von-

tade popular exige a aclamação de um rei natural e residente. Para a libertação de Portugal, ainda concorre a decadência de Espanha, que converte a suposta vantagem de 1580 na real desvantagem de 1640. E a maior culpa recai sobre o conde-duque de Olivares, ministro do rei, que anula a autonomia dos portugueses, que impõe a tirania dos espanhóis, acrescidas do aumento dos impostos para financiamento das guerras castelhanas. Tal arrogância quebra a aliança dos lusitanos com a monarquia, determinando a desobediência da nobreza e a contestação do povo, que denunciam a insegurança do reino e a desagregação do império, perante a inação dos Filipes.

Após o 1.º de dezembro de 1640, a consolidação da independência aguarda pelo fim da guerra da Restauração, que só acontece em 1668 pela assinatura da paz com Espanha e pelo reconhecimento político da Santa Sé, que permanecerá do lado da poderosa Espanha contra a justa pretensão do débil Portugal. Aliás, nos anais da História, a Restauração constitui um raro exemplo da vitória de um pequeno contra um grande, em recordação do lendário triunfo do franzino David contra o gigante Golias.

É a tua vez

1. Pede aos teus pais, talvez aos teus avós, que te contem aquilo que aprenderam na escola sobre a Restauração de 1640.
2. Pede ao teu professor que te fale mais sobre o significado da Restauração de 1640 na história de Portugal.
3. Propõe ao teu professor a realização de uma atividade sobre a Restauração de 1640 na história dos Açores.



Leituras

Para saberes ainda mais sobre a Restauração, proponho a exploração, talvez na companhia de um adulto, da *Breve História de Portugal*, da autoria de A. H. de Oliveira Marques, editada pela Editorial Presença (1995), pp. 293-307.

